HOMICÍDIOS EM PERNAMBUCO: DINÂMICA E RELAÇÕES DE CAUSALIDADE

José Maria Pereira da Nóbrega Júnior (UFPE)*

Resumo: Pernambuco é responsável por praticamente 10% dos homicídios do país. No ano de 2007 ocorreram 4.592 homicídios no estado (DIEP-PE). O grupo entre 15 e 29 anos de idade do sexo masculino, de cor parda ou preta e de baixa escolaridade, padece em 65% dos casos. Os estudos sobre violência no Brasil negligenciam a Região Nordeste e fazem inferência sobre as causas da criminalidade homicida utilizando as experiências do sul e sudeste. A dinâmica pode até seguir caminho parecido, mas as causas nem sempre são as mesmas. Parte da literatura das ciências sociais aponta para a relação entre pobreza/desigualdade com a violência (CERQUEIRA e LOBÃO, 2004; BEATO e REIS, 2000). A pobreza e a desigualdade, que fazem parte da realidade nordestina há séculos, não são variáveis determinantes para a criminalidade violenta nessa região. O objetivo central deste *paper* foi analisar a dinâmica dos homicídios em Pernambuco investigando algumas relações de causalidade. Os gastos com segurança são fatores decisivos para a redução da violência? Pobreza e desigualdade têm relação com os homicídios em Pernambuco? A desconfiança dos cidadãos é uma variável importante para o crescimento da violência?

Palavras-chave: homicídios, dinâmica, gastos públicos e (des)confiança

INTRODUÇÃO

O tema da violência desponta nos últimos dez anos como um dos principais problemas sociais das grandes cidades brasileiras, sobretudo as mais urbanizadas[1]. Passou a fazer parte das agendas políticas estando presente freqüentemente nos assuntos do cotidiano social, nas matérias da imprensa e nos debates dos candidatos e dos governantes.

Desde a década de 1980 as mortes violentas vêm crescendo. No início daquela década as mortes por acidentes de trânsito estavam no topo da lista de mortes violentas. Dez anos depois os homicídios passaram para o primeiro lugar. A violência passou a ser assunto tão preocupante como a inflação e o desemprego.

No conjunto do quadro endêmico atual a violência atinge, sobretudo, a população jovem masculina. As faixas etárias dos 15 aos 49 anos de idade são as mais atingidas, com destaque especial dos 20 aos 29 anos onde se concentram as maiores taxas.

O crescimento da violência vem mudando a face comportamental da sociedade, impondo um alto custo em termos socioculturais e políticos, além de atingir

* Cientista Político, Doutorando do Programa de Ciência Política da UFPE, Pesquisador do Núcleo de Estudos em Instituições Coercitivas e da Criminalidade (NICC-UFPE) e Professor Universitário.

1 Não podemos esquecer que o processo de endemia homicida está cada vez mais presente nas cidades interioranas do Brasil (Waiselfisz, 2008).

decisivamente a atividade econômica e impor um alto custo para as contas públicas[2]. Espalha o medo na sociedade, impõe comportamentos altamente defensivos levando à desconfiança entre os cidadãos, vindo a fragilizar a nossa já débil cultura cívica. Por fim, a violência estimula, por questão da ineficiência institucional do estado em dirimir conflitos, as ações de agressão entre os cidadãos fortalecendo os grupos que fazem "justiça" com as próprias mãos.

A vitimização por homicídio representa um dos principais expoentes do fenômeno da violência pela gravidade das altíssimas taxas apresentadas pelos estados e municípios brasileiros. Os homicídios respondem a etiologias diferentes, desde brigas e crimes passionais até eventos relacionados a disputas por terras, passando pelo latrocínio ou os conflitos entre os membros de organizações criminosas. Podem, também, ser fruto da ação de pistoleiros, traficantes ou grupos de extermínio (Cano e Ribeiro, 2007).

Para fortalecer o debate preenchendo uma lacuna nos estudos sobre a violência no Brasil, exponho a dinâmica dos homicídios em Pernambuco. Avaliando o impacto dos gastos públicos em segurança em relação aos homicídios. A relação causal entre desigualdade e pobreza com os homicídios no nordeste e em Pernambuco. Abordando a questão da ineficiência das instituições coercitivas como ponto nevrálgico para a impunidade. E por fim, as considerações finais apontando para uma nova agenda nos estudos sobre os homicídios.

1. A Dinâmica dos Homicídios em Pernambuco

A evolução dos homicídios, como indicador de violência, no Brasil vem tendo uma seqüência histórica de dinamismo crescente (verificar gráfico 1). A média de desenvolvimento das taxas de homicídio sobre a população total no país foi de mais ou menos 6% por ano até 2002. O decréscimo de 2003 a 2005 deve-se a redução expressiva dos indicadores de homicídio no Estado de São Paulo (Nóbrega Jr., Rocha e Santos, 2008) e ao estatuto do desarmamento (Soares, 2008).

Em 1980 foram 13.910 pessoas assassinadas no Brasil (SIM/DATASUS). Este número mais que dobrou em 1990, chegando a 31.989 homicídios. Em 2003 esse número chegou a 50.980, um crescimento refletido no avanço da taxa, que praticamente triplicou. Em 1980 a taxa de homicídio foi de 11,7 e em 2003 esta taxa alcançou 29 homicídios por 100 mil habitantes (hpcmh).

Pernambuco mostra-se um caso de destaque quando comparado a outros estados. Sempre despontando entre os mais violentos, nos últimos anos segue no topo do ranking daqueles mais violentos por homicídio. As taxas entre os jovens de 15 a 29 anos do sexo masculino posicionam Pernambuco como o primeiro do ranking (Cf. tabela 1).

2 Em 2001, esse custo foi de R$ 9,1 bilhões devido aos homicídios (Carvalho *et alii*, 2007).

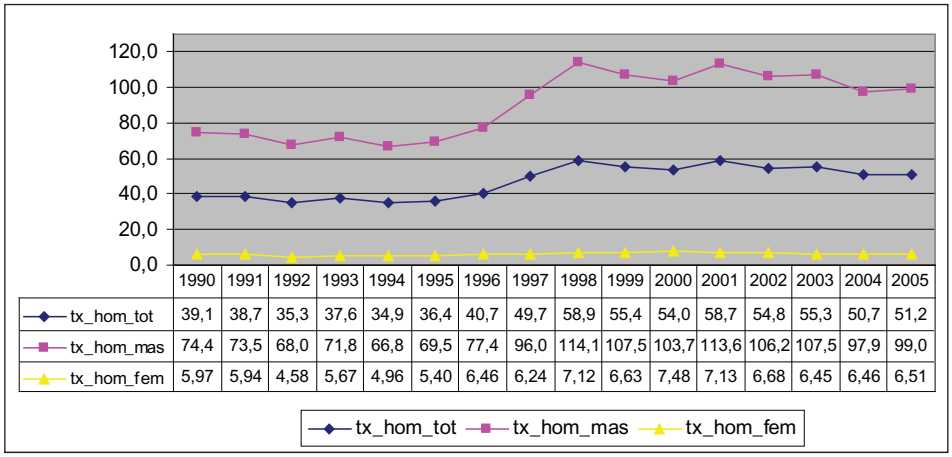
Tabela 1
Estados mais violentos do Brasil em 2004 por taxa de homicídios por 100 mil habitantes e taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 15 a 29 anos do sexo masculino.

Estado	Taxa de homicídio (2004)	Taxa de homicídio (15 a 29 anos, sexo masculino, 2004)
Pernambuco	50,14	199.30
Rio de Janeiro	50,85	196.52
Espírito Santo	48,30	184.95
Alagoas	34,72	138,67
Amapá	31,1	127,89
Rondônia	37,37	119.06
São Paulo	28,46	108.37
Mato Grosso	31,03	86.19
Sergipe	23,9	78.96

Fonte: Nóbrega Jr., Rocha e Santos (2008)

Dessa forma, avalio a dinâmica dos homicídios para o Estado de Pernambuco desde a década de noventa, ressaltando a morte homicida por grupos etários, por gênero e raça[3].

Gráfico 1:
Mortes por homicídio em Pernambuco segundo Classificação Internacional de Doenças CID – BR – 9 (homicídios e lesões provoc.intencion.outr.pessoas) e CID – BR – 10 (Agressões) – 1990 – 2005. Taxas por 100 mil habitantes da população total, da população masculina e da população feminina (SIM/DATASUS/MS).



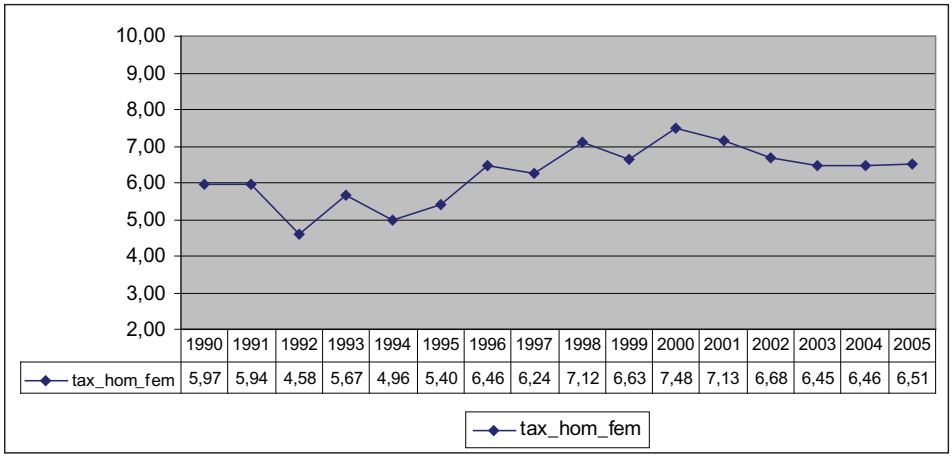
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
tx_hom_tot	39,1	38,7	35,3	37,6	34,9	36,4	40,7	49,7	58,9	55,4	54,0	58,7	54,8	55,3	50,7	51,2
tx_hom_mas	74,4	73,5	68,0	71,8	66,8	69,5	77,4	96,0	114,1	107,5	103,7	113,6	106,2	107,5	97,9	99,0
tx_hom_fem	5,97	5,94	4,58	5,67	4,96	5,40	6,46	6,24	7,12	6,63	7,48	7,13	6,68	6,45	6,46	6,51

3 Esta última com dados de 2000.

Quando analisamos os homicídios por gênero percebe-se que os homens são os mais atingidos. Cerca de 95% das mortes homicidas estão concentradas entre eles. Desde 1990 as taxas são crescentes, com oscilações entre 1998 e 2005. Naquele ano os homens responderam por 74,4 hpcmh, quando a taxa da população total foi de 39,1 hpcmh e a taxa feminina foi de 5,97 hpcmh. Em 1998 e 2001 temos o pico dos homicídios do estado nesta série histórica (1990-2005), onde as taxas de homicídio foram: 58,9 hpcmh da população total, 114,1 hpcmh da população masculina e 7,12 hpcmh da população feminina para o ano de 1998. Já para 2001 a taxa da população total foi de 58,7 hpcmh, da população masculina foi de 113,6 hpcmh e da população feminina foi de 7,13 hpcmh. Quando comparado o ano de 1990 com o de 2001 as diferenças percentuais das taxas são: 50% de crescimento na taxa da população total, 54% de crescimento na taxa da população masculina e 19,5% de crescimento na taxa da população feminina.

O gráfico dois demonstra que, apesar de bem menos atingidas que os homens, as taxas sobre a população feminina apresentam oscilações entre os anos de 1990 e 2000, com tendência de crescimento de 1995 a 2000. Contudo, de 2000 a 2003 houve uma queda nos homicídios com uma tendência à estabilidade entre 2003 e 2005.

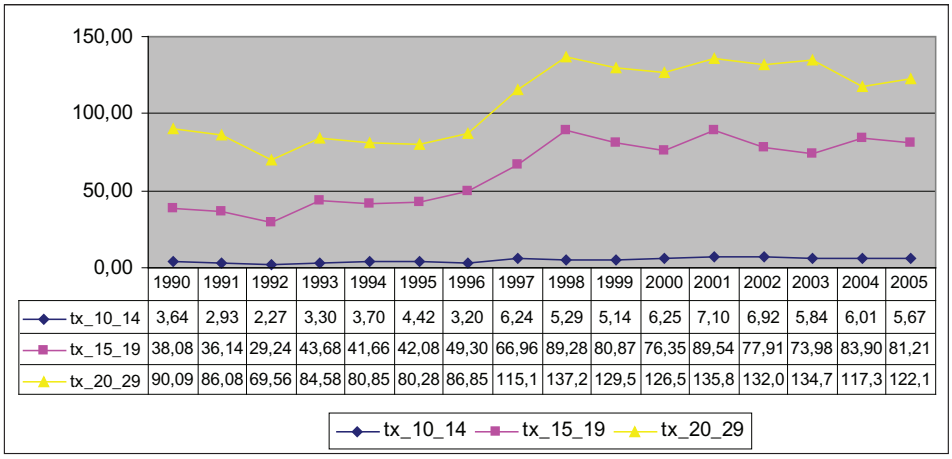
Gráfico 2:
Mortes por homicídio em Pernambuco segundo Classificação Internacional de Doenças CID – BR – 9 (homicídios e lesões provoc.intencion.outr.pessoas) e CID – BR – 10 (Agressões) – 1990 – 2005. Taxas por 100 mil habitantes da população feminina (SIM/DATASUS/MS).



	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
tax_hom_fem	5,97	5,94	4,58	5,67	4,96	5,40	6,46	6,24	7,12	6,63	7,48	7,13	6,68	6,45	6,46	6,51

Quando nos detemos nos jovens a situação é mais alarmante. Os grupos juvenis estão mais intimamente ligados as situações de risco e ao consumo de bebidas alcoólicas e drogas. O envolvimento desses jovens com grupos criminosos afetam diretamente os indicadores de homicídio.

Gráfico 3:
Mortes por homicídio em Pernambuco segundo Classificação Internacional de Doenças CID – BR – 9 (homicídios e lesões provoc.intencion.outr.pessoas) e CID – BR – 10 (Agressões) – 1990 – 2005. Taxas por 100 mil habitantes da população 10 a 14 anos, 15 a 19 anos e 20 a 29 anos (SIM/DATASUS/MS).



	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
tx_10_14	3,64	2,93	2,27	3,30	3,70	4,42	3,20	6,24	5,29	5,14	6,25	7,10	6,92	5,84	6,01	5,67
tx_15_19	38,08	36,14	29,24	43,68	41,66	42,08	49,30	66,96	89,28	80,87	76,35	89,54	77,91	73,98	83,90	81,21
tx_20_29	90,09	86,08	69,56	84,58	80,85	80,28	86,85	115,1	137,2	129,5	126,5	135,8	132,0	134,7	117,3	122,1

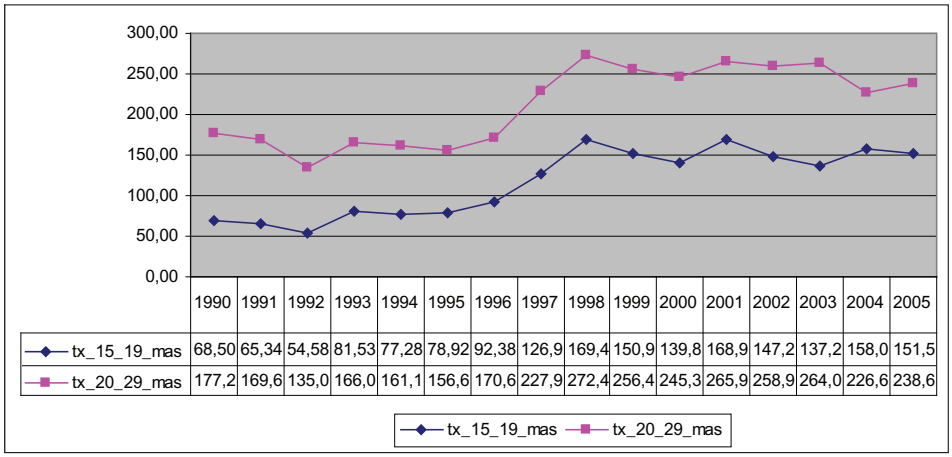
A tendência de crescimento se dá, sobretudo, a partir de 1998 quando as taxas chegam ao seu ponto máximo. Os jovens entre 10 e 14 anos são os que menos sofrem, apesar do incremento em suas taxas a partir de 1997. A partir dos 15 anos o risco se mostra mais latente, com a demanda entre 15 e 19 anos sofrendo uma alteração significativa quanto ao grupo etário automaticamente anterior (10 a 14). A taxa em 1998 foi de 89 hpcmh para os jovens entre 15 e 19 anos, uma sensível diferença em comparação as taxas do quadro etário dos 10 aos 14 anos, que, em 1998, alcançou uma taxa em torno de 5 hpcmh.

O grupo etário dos 20 aos 29 anos de idade aparece como o mais alvejado pela criminalidade homicida. O gráfico três aponta tal tendência, onde, em 1990 a taxa já se mostrava bem acentuada, 90 hpcmh, apresentando uma queda considerável em 1992 com taxa de 69,5, sem aparente explicação para tal queda, mas que, em 1993, sofre novo incremento, 84,5 hpcmh. Depois de 1997 o crescimento é vertiginoso alcançando, em 2001, uma taxa de 137 jovens de 20 a 29 anos de idade assassinados por cem mil habitantes desse grupo etário, um incremento de 47 mortes a mais por cem mil.

Os jovens do sexo masculino são os mais alvejados quanto a criminalidade homicida, conforme demonstra o gráfico 4. A faixa etária de maior risco é a de jovens de 20 a 29 anos, apesar de o incremento percentual atingir de forma mais expressiva os jovens entre 15 e 19 anos de idade[4].

4 O que pode nos indicar um grupo de risco que vem sendo recrutado, a cada ano, de forma mais acentuada para a criminalidade violenta. Além de vir sofrendo com o desenvolvimento de uma cultura banal da morte.

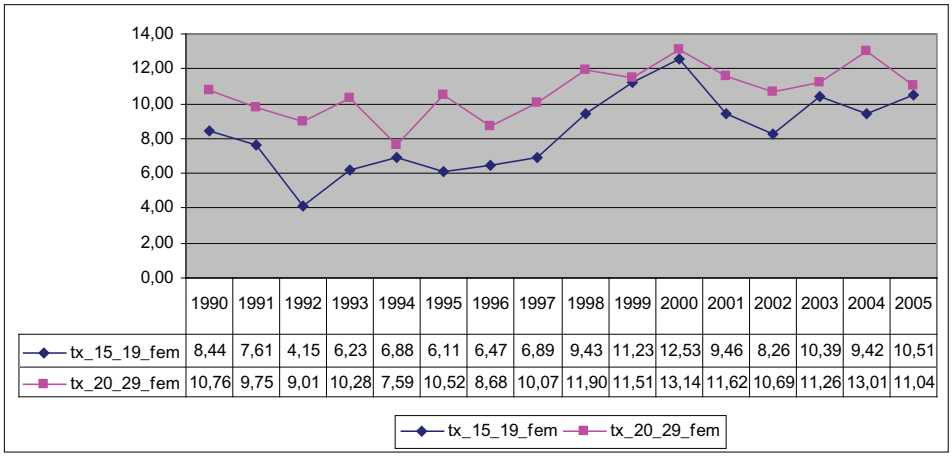
Gráfico 4:
Mortes por homicídio em Pernambuco segundo Classificação Internacional de Doenças CID – BR – 9 (homicídios e lesões provoc.intencion.outr.pessoas) e CID – BR – 10 (Agressões) – 1990 – 2005. Taxas por 100 mil habitantes da população 15 a 19 do sexo masculino, 15 20 a 29 do sexo masculino (SIM/DATASUS/MS).



	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
tx_15_19_mas	68,50	65,34	54,58	81,53	77,28	78,92	92,38	126,9	169,4	150,9	139,8	168,9	147,2	137,2	158,0	151,5
tx_20_29_mas	177,2	169,6	135,0	166,0	161,1	156,6	170,6	227,9	272,4	256,4	245,3	265,9	258,9	264,0	226,6	238,6

O padrão de crescimento apresenta grande impacto entre os jovens do sexo masculino de 20 a 29 anos. Em 1990 a taxa neste grupo era de 177 hpcmh, entre os jovens de 15 a 19 anos do sexo masculino era de 68,5 hpcmh. Já as jovens participaram com 8,4 hpcmh entre aquelas da faixa etária dos 15 aos 19 anos de idade, e com 10,7 hpcmh entre as jovens de 20 a 29 anos, fortalecendo ainda mais a faixa etária de risco de maior de vitimização.

Gráfico 5:
Mortes por homicídio em Pernambuco segundo Classificação Internacional de Doenças CID – BR – 9 (homicídios e lesões provoc.intencion.outr.pessoas) e CID – BR – 10 (Agressões) – 1990 – 2005. Taxas por 100 mil habitantes da população 15 a 19 do sexo feminino, 20 a 29 do sexo feminino (SIM/DATASUS/MS).



	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
tx_15_19_fem	8,44	7,61	4,15	6,23	6,88	6,11	6,47	6,89	9,43	11,23	12,53	9,46	8,26	10,39	9,42	10,51
tx_20_29_fem	10,76	9,75	9,01	10,28	7,59	10,52	8,68	10,07	11,90	11,51	13,14	11,62	10,69	11,26	13,01	11,04

Em 2001 as taxas entre os jovens do sexo masculino dos 15 aos 19 foram de 169 hpcmh. Em relação ao ano de 1990 o incremento percentual foi de 146% na taxa da população dos 15 aos 19 anos do sexo masculino. Já no mesmo grupo etário do sexo feminino o incremento percentual da taxa foi de 12%, apresentando uma diferença significativa entre jovens do sexo masculino e do sexo feminino.

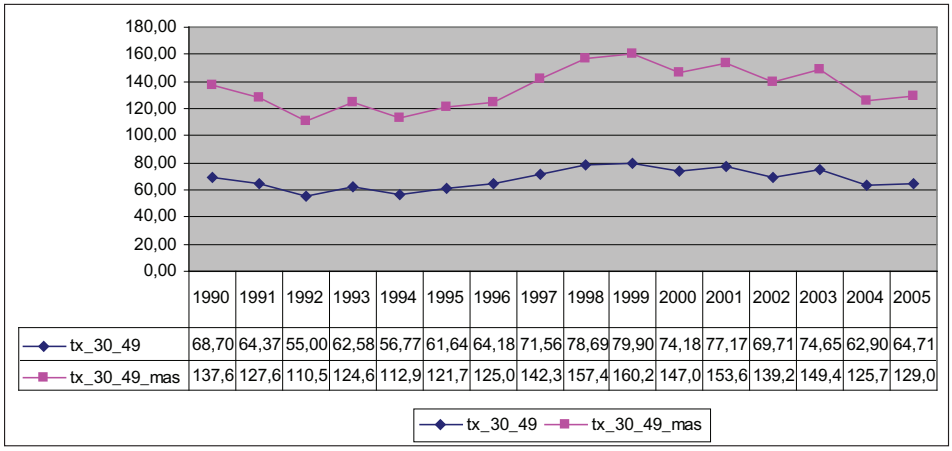
As jovens têm menos chances de serem acometidas com a violência homicida que os jovens de suas mesmas idades. Contudo, o gráfico cinco aponta para um crescimento considerável das taxas de jovens do sexo feminino assassinadas. Observando o incremento entre 1997 e 2000 da faixa etária dos 15 aos 19 anos, o aumento é bem robusto partindo de uma taxa de 9,4 hpcmh em 1997 para 12,5 em 2000. Quase 40% de incremento.

O grupo etário mais atingido, jovens entre 20 e 29 anos também mostra a mesma tendência quanto a questão do gênero. Em 1990 a taxa dos jovens entre 20 e 29 anos do sexo masculino era de 177 hpmch. Em 2001 esta mesma saltou para 266 hpmch, ou um incremento percentual de 50%. Verifica-se que, apesar de ser um grupo etário menos atingido que os jovens do sexo masculino que estão na faixa etária entre os 20 e 29 anos de idade, os jovens do sexo masculino entre 15 e 19 anos sofreram o maior acréscimo percentual. Isto nos indica que os jovens menores de 20 anos e maiores de 14 passaram a ser o grupo de maior risco de ser assassinado apesar das taxas desse grupo ter sofrido menor expressão no número absoluto de mortes violenta que os jovens entre 20 e 29 anos, pois o aumento percentual foi três vezes maior.

Da forma que o mecanismo de evolução dessas mortes se apresenta entre os jovens, o grupo etário mais atingido poderá vir a ser formado de jovens entre 15 e 19 anos do sexo masculino em um futuro próximo. Isto sugere a importância de se controlar a variável "jovem".

Contudo, os adultos jovens também aparecem com forte impacto nesses dados. Os números apontam para uma expressiva participaçao dos homens adultos com altas taxas homicidas. Os anos de 1998, 1999 e 2001 se apresentaram como aqueles de maior expressão nas taxas homicidas neste grupo etário.

Gráfico 6:
Mortes por homicídio em Pernambuco segundo Classificação Internacional de Doenças CID – BR – 9 (homicídios e lesões provoc.intencion.outr.pessoas) e CID – BR – 10 (Agressões) – 1990 – 2005. Taxas por 100 mil habitantes da população 30 a 49 anos, 30 a 49 do sexo masculino (SIM/DATASUS/MS).



	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
tx_30_49	68,70	64,37	55,00	62,58	56,77	61,64	64,18	71,56	78,69	79,90	74,18	77,17	69,71	74,65	62,90	64,71
tx_30_49_mas	137,6	127,6	110,5	124,6	112,9	121,7	125,0	142,3	157,4	160,2	147,0	153,6	139,2	149,4	125,7	129,0

A taxa de 69 hpcmh em 1990 sofreu um incremento até 2001, onde o acréscimo de nove pontos na taxa fez acrescer um percentual de 15% entre os adultos jovens de 30 a 49 anos de idade. Já entre os homens o impacto é sempre maior, em 1990 a taxa homicida foi de 137,6 hpcmh. Em 2001, o incremento foi de 16 mortes por cem mil, que reforçou em aproximadamente 12% a taxa de homicídio nesta população.

A distribuição espacial dos grupos etários em termos de incremento percentual no período de 1990 a 2001 segue o seguinte ranking: primeiro lugar os jovens do sexo masculino de 15 a 19 anos (146%), em segundo lugar os jovens do sexo masculino de 20 a 29 anos (50%) e em terceiro, grupo dos adultos homens de 30 a 49 anos (12%).

Outro ponto a ser destacado diz respeito a raça. Os dados apontam para um grande impacto das mortes homicidas intencionais entre os habitantes de cor parda/preta. Para o ano de 2000 foram 3.196 homicídios nesta população. Os números absolutos computaram 4.276, ou seja, 75% dos homicídios são de etnia/raça parda/preta. Enquanto a taxa da população total foi de 54 hpcmh, a taxa da população negra foi de quase 70 hpcmh (cf. tabela 2).

Tabela 2:
Mortes por homicídio em Pernambuco segundo Classificação Internacional de Doenças CID – BR – 10 (Agressões) 2000. Taxas por 100 mil habitantes da população parda/preta (Ipeadata/SIM/DATASUS/MS).

Pop_parda_preta	n_hom_parda_preta	tx_hom_parda_preta
4.585.950	3196	69,69

A dinâmica dos homicídios esclarece que conhecendo o gênero e a idade, podemos diferenciar a população em grupos de risco que variam desde menos de dois hpcmh – por exemplo, mulheres de 60 a 69 anos de idade em Minas Gerais – até mais de 170 hpcmh – por exemplo, entre os jovens do sexo masculino de 20 a 29 anos de idade em Pernambuco. Isso é importante, pois tais variáveis nos trazem informações abundantes de modo a nos revelar elevado poder preditivo (Soares, Batitucci e Ribeiro, 2007).

Os jovens entre 15 e 29 anos de idade, do sexo masculino, são os mais atingidos pela criminalidade homicida. 75 % dos homicídios atingem as pessoas de cor parda ou preta. A questão do gênero também é fundamental, quando há um incremento no número de homicídios vinculados ao crime organizado, onde as disparidades entre a participação dos homens e das mulheres é ainda maior, é de se supor que aumentem as diferenças entre as taxas de vitimização dos gêneros (Soares, Batitucci e Ribeiro, 2007).

1.1 Comportamento dos homicídios nos municípios pernambucanos

Apesar da pequena redução dos homicídios no Estado de Pernambuco entre 2006 e 2007, o crescimento dos homicídios em algumas regiões do interior do Estado de Pernambuco aponta para outra preocupação nos estudos sobre os homicidios. A redução do número absoluto para todo o Estado refletiu numa pequena redução na taxa, menos de 2 %[5]. Isto não se reflete nos dados desagregados por região de desenvolvimento e por municípios em muitos casos. Alguns deles mostram crescimento de mais de 30 % nas suas taxas. Aumentos percentuais expressivos no Sertão Central, Sertão do Araripe, Sertão do Moxotó e Sertão do Pajeú, além da Mata Sul, demonstram que o crescimento da violência não é exclusividade das grandes áreas urbanas. É cada vez mais comum a violência homicida nas cidades interioranas, onde as causas reais precisam ser melhor estudadas.

5 Em 2006 foram 4.638 mortes por homicídio com uma taxa de 54,5 hpcmh. Em 2007 foram 4.592 mortes com taxa por cem mil de 53,5 (SDS).

Tabela 3:
Pernambuco – número acumulado de vítimas de crime violento letal e intencional e taxas por cem mil habitantes, segundo as regiões de desenvolvimento – 2006/2007

Regiões de Desenvolvimento	2006	2007	tx_2006	tx_2007
Mata Norte	274	230	50,7	42,6
Mata Sul	340	428	50	62,8
Agreste Central	462	420	46,8	42,3
Agreste Meridional	215	215	35	34,8
Agreste Setentrional	172	172	35,5	35,2
Sertão Central	23	39	14	23,5
Sertão de Itaparica	43	43	34	33,5
Sertão do Araripe	64	76	21,7	25,5
Sertão do São Francisco	216	180	54,6	44,4
Sertão do Moxotó	76	86	38,3	42,8
Sertão do Pajeú	73	74	23,7	23,9
Metropolitana	2.658	2.617	73,4	71,2
Pernambuco	4.638	4.592	55,1	54

Fonte: INFOPOL/SDS

A tabela 3 assinala o crescimento em algumas regiões. Na Mata Sul[6] houve um crescimento no número absoluto de 88 homicídios de 2006 para 2007, um aumento percentual de 26 %. A taxa de hpcmh saltou de 50 para 63 hpcmh, um incremento de 13 mortes violentas intencionais que resultou num acréscimo de 12% na taxa. A cidade de Escada vem aparecendo constantemente nos noticiários com intensa atividade de tráfico de drogas, isto pode ser um indicador para o crescimento da violência na Mata Sul.

No Sertão Central[7] também houve um incremento nos números absolutos de um ano para o outro. Em 2006 foram 23 mortes intencionais, em 2007 este número acresceu para 39, quase dobrando os números absolutos. A taxa saltou de 14 hpcmh para 23,5. Salgueiro, no Sertão Central, está entre as cidades que fazem parte do polígono da maconha[8]. Neste trecho há envolvimentos de políticos e do poder coercitivo estatal na facilitação do desenvolvimento do tráfico de drogas. Além disso, a demanda vem aumentando entre os habitantes dessa região. Outra informação importante está atrelada ao ganho bem mais lucrativo na produção de maconha que de alimentos, levando muitos agricultores a entrarem no crime.

Essas informações não explicam o crescimento dos homicídios. Em Floresta, Itacuruba e Carnaubeira da Penha, por exemplo, a maioria dos homicídios tem como

6 Mata Sul abrange os municípios de Água Preta, Amaraji, Barreiros, Belém de Maria, Catende, Chã Grande, Cortês, Escada, Gameleira, Jaqueira, Joaquim Nabuco, Maraial, Palmares, Pombos, Primavera, Quipapá, Ribeirão, Rio Formoso, São Benedito do Sul, Sirinhaém, São José da Coroa Grande, Tamandaré, Vitória de Santo Antão e Xexéu.

7 Fazem parte do Sertão Central: Cedro, Mirandiba, Parnamirim, Salgueiro, São José do Belmonte, Serrita, Terra Nova e Verdejante.

8 O polígono da maconha é conhecido como região de intensa produção de maconha. Composto por 14 municípios, Belém do São Francisco, Cabrobó, Carnaubeira da Penha, Floresta, Ibimirim, Lagoa Grande, Orocó, Petrolina, Salgueiro, Santa Maria da Boa Vista, Petrolândia, Itacuruba, Tacaratu e Mirandiba (Oliveira, 2006).

motivação o acerto de contas ou "rixa". Muitos outros apresentam como motivação para o crime a "vingança". Poucos assassinatos mostram motivação por dívida de drogas, apesar de essas cidades fazerem parte do polígono da maconha a droga parece não estar relacionada a maioria dos homicídios (Batalhão da Polícia Militar do Sertão de Pernambuco, 2008).

O Sertão do Araripe[9] foi outra região de desenvolvimento que mostrou crescimento dos homicídios. O número de mortes em 2006 foi de 64, em 2007 sofreu um acréscimo de mais doze mortes, ou um aumento de 10%. A taxa saltou de 21,7 para 25,5. Sem explicações plausíveis para tal impacto.

O Sertão do Moxotó[10] foi outra região de desenvolvimento que mostrou aumento em seus indicadores de homicídio. Foram registrados 76 no ano de 2006. O ano de 2007, com dez mortes de incremento, registrou 86 assassinatos com a taxa saltando e 38,3 para 42,8 hpcmh, ou 11,2% de aumento na taxa.

As reais causas para essa dinâmica precisam ser mais bem explicadas. Dados do policiamento militar do Sertão apontam para crescimento de prisões, e isto está refletido no crescimento da população carcerária de Pernambuco que, de 2000 a 2007 mais que dobrou o número de pessoas presas (DEPEN/InfoPEN, 2008).

Alguns dos municípios mais populosos de Pernambuco apontam, também, incrementos positivos nos indicadores de violência, apesar do pequeno decréscimo nos dados agregados no Estado. Em Recife capital houve redução na taxa, caindo de 72 para 68 hpcmh. Contudo, esse decréscimo está dentro da expectativa oscilatória dos últimos dez anos, pois dois pontos na taxa não revelam maiores detalhes nas inferências de suas causalidades.

Como demonstra a tabela 4, Cabo de Santo Agostinho, Garanhuns, Paulista e Vitória de Santo Antão confirmaram aumentos importantes nas taxas, com destaque para Cabo de Santo Agostinho e Vitória de Santo Antão, onde estas acresceram em 10 pontos, com incremento de 12% e 9,6 % respectivamente. O destaque positivo foi o município de Petrolina, que faz parte do polígono da maconha, mas que teve redução significativa na sua taxa, decaindo de 59,5 em 2006 para 49,6 hpcmh em 2007, uma redução na ordem de 16,5%. Indicando, por outro lado, que a mera relação entre tráfico de drogas e homicídios, sem levar em consideração outros aspectos como o crescimento da atividade econômica – que pode gerar mais oportunidades de emprego – ou o papel das políticas públicas de segurança, se mostra frágil.

9 Araripina, Bodocó, Exu, Granito, Ipubi, Moreilândia, Ouricuri, Santa Cruz, Santa Filomena e Trindade.
10 Compreendem as cidades de Arcoverde, Betânia, Custódia, Ibimirim, Inajá, Manari e Sertânia.

Tabela 4:
Pernambuco – Taxa anual de criminalidade violenta letal e intencional da população total por tamanho da população

Municípios	2006	2007
Cabo de Santo Agostinho	86,4	96
Camaragibe	60,5	48,3
Caruaru	57,9	49,6
Garanhuns	37,9	45,5
Jaboatão dos Guararapes	84,4	82,2
Olinda	71	68,1
Paulista	61,6	65,3
Petrolina	59,5	49,6
Recife	72	68
Vitória de Santo Antão	55,5	65,1
Pernambuco	55,1	54

Fonte: INFOPOL/SDS

Apesar de algumas reduções nas taxas e da captura de alguns grupos ilícitos, como foi o caso dos Thunder Cats em Jardim São Paulo[11], a manutenção do tráfico de drogas, da interiorização da sistemática do tráfico, da participação de policiais em grupos de extermínio e milícia fora da lei, da ineficácia do processo de investigação homicida, da fragilidade no controle da variável jovem e do falecimento do sistema penitenciário são fatores decisivos para a manutenção das altíssimas taxas homicidas em Pernambuco.

Para tanto, é importante estudar os casos apontados tentando observar com maior esmero as causas reais em seus contextos. Dados de qualidade e atualizados são imprescindíveis.

Na seção seguinte verifico a relação entre gastos com segurança pública com os homicídios em Pernambuco.

1.2 Investimentos em segurança pública em Pernambuco[12]

No período de 2001 a 2006 os recursos investidos em segurança pública foram – com exceção do período de 2002 a 2003 – crescentes. Como mostra o gráfico sete, entre 2001 e 2002 os recursos aumentaram em 14,8%. De 2002 a 2003, ocorreu uma redução de 5,6%. No período de 2003 a 2004, o crescimento foi de 24,6%. Entre 2004 e 2005, os recursos sofreram acréscimos de 16,8%. E de 2005 a 2006, os investimentos cresceram 8,9%.

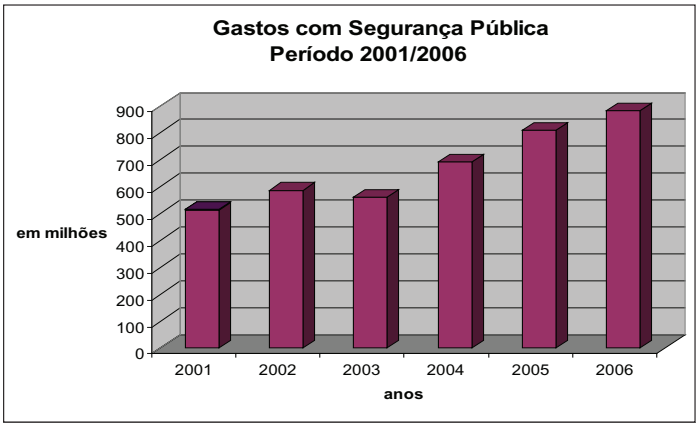
Em 2001, foram gastos na segurança pública do Estado de Pernambuco, R$ 511, 3 milhões. Em 2006, os recursos disponibilizados foram R$ 881,7 milhões. Portanto, pode se afirmar que, no período de 2001 a 2006, os recursos aplicados em segurança aumentaram cerca de 1,7 vezes.

11 Grupo de Extermínio e milicianos que faziam uma série de ilicitudes em troca de "segurança" no bairro de Jardim São Paulo no Grande Recife, onde temos uma das mais altas taxas homicidas da cidade.

12 Esta seção foi produzida em conjunto com o Professor Doutor Adriano Oliveira do Instituto Maurício de Nassau e da PGCP-UFPE.

O total de gastos em segurança pública está dividido pelas seguintes áreas: Policiamento, Defesa Civil, Informação e Inteligência e Demais Subfunções. Em 2005, por exemplo, foram gastos R$ 544. 890.999 milhões na área de policiamento; R$ 58. 700.550 com Defesa Civil; com Inteligência foram gastos R$ 1.419.004; e com a área Demais Subfunções, R$ 204.169.855.

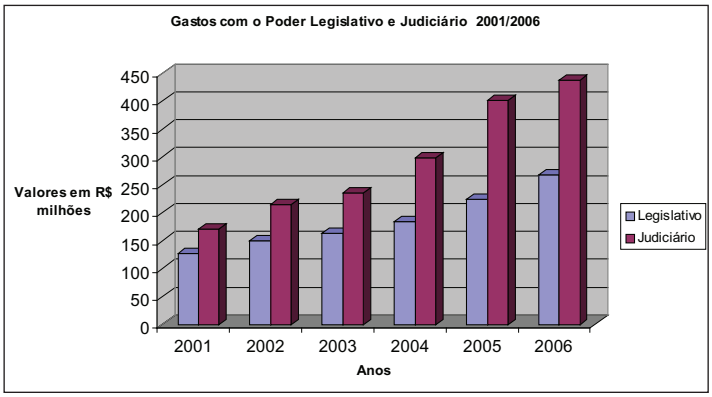
Gráfico 7:
Investimentos em Segurança Pública realizados pelo Estado de Pernambuco



Fonte: Relatórios do Governo do Estado de Pernambuco
http://www.portaldatransparência.pe.gov.br

Comparando os gastos com segurança pública com o de outros setores do Estado, observamos que no período de 2001 a 2006, ele superou os recursos despendidos com os Poderes Judiciário e Legislativo. Destaco que no período analisado, os gastos com os poderes citados foram crescentes, conforme o gráfico oito.

Gráfico 8:
Investimentos em Segurança Pública realizados pelo Estado de Pernambuco

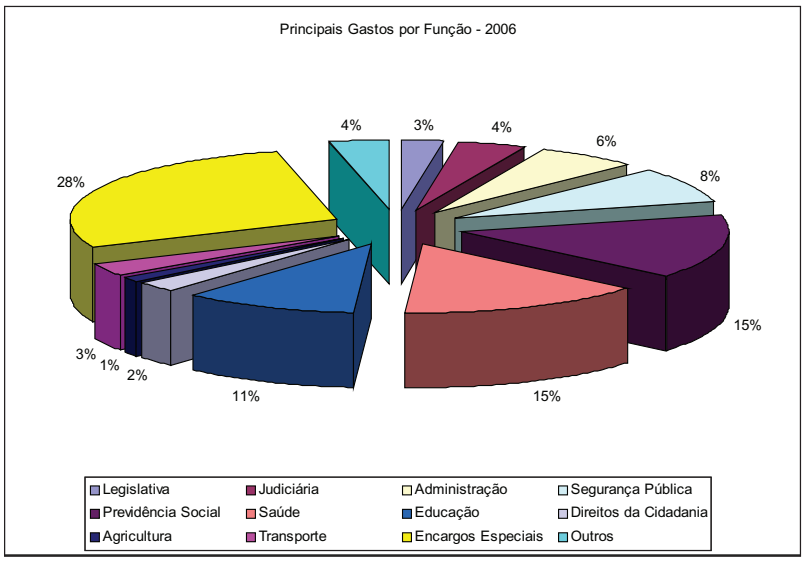


Fonte: Relatórios do Governo do Estado de Pernambuco
http://www.portaldatransparência.pe.gov.br

É importante ressaltar, que os recursos disponibilizados para o Poder Judiciário aumentaram 2,6 vezes no período de 2001 a 2006. No caso do Poder Legislativo, os recursos foram duplicados.

As principais áreas que recebem mais recursos do poder estatal em Pernambuco são, por ordem decrescente: encargos especiais, saúde, previdência social, educação e segurança pública. No ano de 2006, por exemplo, os recursos disponibilizados para os encargos especiais representaram 28,21% da receita total do estado. Os gastos com a área de saúde foram da ordem de 14,98% do total. A previdência social foi responsável por 14,97% dos recursos. A educação, 10,69%. E a segurança pública, 8,38%. Em todo período analisado, 2001 a 2006, a ordem decrescente de gastos se repete.

Gráfico 9:
Investimentos em Segurança Pública realizados pelo Estado de Pernambuco



Fonte: Relatórios do Governo do Estado de Pernambuco
http://www.portaldatransparência.pe.gov.br

1.3 Homicídios e investimentos em segurança pública em Pernambuco

Na seção anterior, foi evidenciado que os dispêndios com a segurança pública são crescentes. Do total da receita do Estado, os gastos com segurança pública é a quarta prioridade do Estado. Lembramos, e isto é importante, que os recursos despendidos com as áreas de saúde e educação são determinados pela Constituição – vinculação constitucional. Portanto, obrigatoriamente, o poder estatal terá que gastar, todo ano, um percentual mínimo com a saúde a educação.

No caso da segurança pública inexiste uma vinculação constitucional. Deste modo, o governo tem como prioridade os gastos/investimentos na segurança pública. Caso se assim não fosse, os recursos disponibilizados para área poderiam ser menores e não aumentariam ano a ano. É claro, que os índices de criminalidade, e mais especificamente,

no caso de Pernambuco, a alta freqüência de homicídios, fazem com que o governo mostre à opinião pública que está fazendo algo. E, deste modo, investe/gasta, por necessidade, a qual esta é criada por pressão dos elevados índices de homicídios, em segurança pública. O Governo procura meios de apresentar ações – "estamos fazendo algo"; "nunca se investiu tanto em segurança" – na área.

Gastar/investir mais, a cada ano, numa dada área, representa que o Governo dá prioridade a ela. Se o administração Pública gasta/investe, emite sinais a opinião pública de que está procurando resolver um problema vigente. Neste sentido, para a direção do estado, especificamente na área da segurança pública, gastar/investir mais em segurança representa a busca de meios para, por exemplo, reduzir as altas taxas de homicídios. Portanto, gastar/investir mais na segurança pública significa a busca de soluções para o problema da criminalidade.

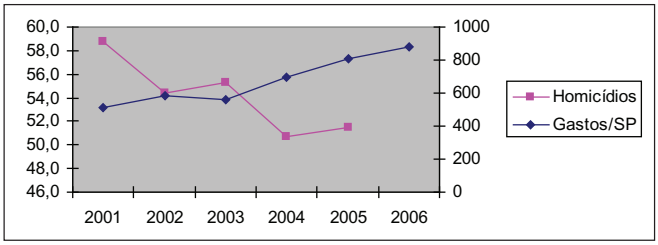
Uma relação ou necessidade perversa poderá existir, ou seja: se gasta mais em segurança, contudo, os índices de criminalidade não são reduzidos, em particular, a freqüência de homicídios. Portanto, mais recursos precisam ser disponibilizados. Sendo assim, se um governo, anualmente, aumenta os gastos em segurança pública, mas não observa a redução dos índices de criminalidade, ele poderá disponibilizar mais recursos.

Observo, com base nessa hipótese, o gráfico 10. Nele têm dois indicadores: freqüência de homicídios por 100.000 habitantes; e gastos com segurança pública. No ano de 2001, a taxa de homicídios teve o seu ápice no período analisado: 58,8 homicídios por 100.000 habitantes. Em contrapartida, os recursos gastos com segurança foi o menor do período.

No ano de 2002, a taxa de homicídio foi de 54,4 hpcmh. Em 2003, os homicídios voltaram a crescer, 55,3 hpcmh. Eles decresceram novamente em 2004, 50,7 hpcmh; mas, em 2005, cresceram novamente, 51,2 hpcmh. Pode-se constatar, portanto, que no período analisado, as taxas de homicídios apresentam oscilações. Deste modo, é impossível apontar alguma tendência de queda, crescimento ou estabilidade dos homicídios.

No caso dos gastos em segurança pública, observa-se que eles apresentam a tendência de crescimento. Isto fica nítido a partir de 2003. Diante da variação da taxa de homicídios, a qual não apresenta tendência clara de para onde irá, o Governo opta por investimentos – por gastar mais. Portanto, aparentemente, há uma orientação dos seus gastos/investimentos levando em consideração a freqüência de homicídios.

Gráfico 10
Homicídios *versus* gastos com segurança pública



Fontes: Relatórios do Governo do Estado de Pernambuco
http://www.portaldatransparência.pe.gov.br; e Nóbrega Jr (2008).

Dessa forma, observa-se que os gastos em segurança pública para o Estado de Pernambuco não mostra relação com as taxas de homicídios. Os gastos públicos nessa área são importantes e necessários, porém insuficientes para a um resultado mais efetivo na redução da violência.

2. A QUEDA DA DESIGUALDADE E DA POBREZA NO NORDESTE E OS HOMICÍDIOS EM PERNAMBUCO

Questão importante apontada pela literatura relaciona a desigualdade social com a violência. Alguns trabalhos importantes apontam para relação entre desigualdade/pobreza com a criminalidade violenta (BEATO e REIS, 2000; CERQUEIRA, LOBÃO e CARVALHO, 2007). Mas, quando o foco da análise é a região nordeste o resultado contradiz a teoria.

Entre 2001 e 2005 a desigualdade de renda declinou substancialmente no Brasil, e de forma contínua, alcançando neste último ano o menor nível das últimas três décadas. Além de relevante por si só, essa desconcentração teve conseqüências expressivas sobre a pobreza e a extrema pobreza no País. A despeito do lento crescimento econômico, a extrema pobreza declinou a uma taxa seis vezes mais acelerada que a requerida pela primeira meta do primeiro objetivo de desenvolvimento do milênio (Barros *et ali,* 2006: p. 09).

As políticas de distribuição de renda do governo, como as pensões e as aposentadorias, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família (PBF), foram fundamentais para a queda da desigualdade e a melhoria na condição de vida das pessoas (Barros *et ali,* 2006).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) demonstrou que, de 1995 a 2005, houve uma tendência à queda na desigualdade de rendimento domiciliar *per capita* (RDPC), onde a partir de 2001 este decréscimo se mostrou mais relevante. O índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar *per capita* (RDPC) caiu de 0,594 em 2001 para 0,566 em 2005. Essa redução de 2,8 pontos percentuais em quatro anos pode parecer pequena, mas cabe assinalar que o valor absoluto de sua intensidade anual é semelhante ao do crescimento de oito pontos percentuais do índice de Gini do rendimento mensal total de pessoas economicamente ativas com rendimento positivo (PEA) no Brasil, na década de 1960, que mereceu grande destaque na literatura sobre distribuição de renda e no debate político.

Outros indicadores de desigualdade confirmam essa tendência. A percentagem da renda apropriada pelos 10% mais ricos caiu de 47,2% em 2001 para 45,0% em 2005, ao mesmo tempo em que a percentagem da renda total recebida pelos 5% mais ricos caiu de 33,8% para 32,0%. Em 2001 a percentagem da renda total apropriada pelo 1% mais rico (13,8%) ainda era maior do que a percentagem da renda apropriada pelos 50% mais pobres (12,7%). A situação inverteu-se em 2005, ficando 12,9% para o centésimo mais rico e 14,2% para a metade mais pobre (Hoffmann, 2006: 96-7).

Na Região Nordeste o índice de renda das pessoas que se apropriam da renda equivalente ao 1% mais rico sofreu uma redução de aproximadamente cinco pontos percentuais entre os anos de 2001 e 2005, como se observa na tabela abaixo:

Tabela 5:
Pessoas que se apropriam da renda equivalente aos 1% mais ricos (%) – Região Nordeste

Regiões	2001	2002	2003	2004	2005
NE – Região Nordeste	30,50	30,50	28,34	27,29	25,25

Fonte: IPEADATA

A redução de domicílios pobres na Região Nordeste foi constante entre 2001 e 2005. Perceber que houve um decréscimo de cinco pontos percentuais em relação à pobreza neste indicador:

Tabela 6:
Pobreza – domicílios pobres (%)

Regiões	2001	2002	2003	2004	2005
NE – Região Nordeste	0,51	0,50	0,51	0,49	0,44

Fonte: IPEADATA

Nos estados nordestinos o índice de renda das pessoas que se apropriam da renda equivalente ao 1% mais rico mostra redução na maioria dos estados. Em Alagoas, em 2001, 33,89 % correspondia as pessoas que se apropriavam da renda equivalente ao 1% mais rico da população, isto caiu para 22,34 % em 2005. Na Bahia, em 2001, era de 29,41 %, já em 2005 caiu para 21,41. No Ceará, em 2001, era de 35,05 %, em 2005 caiu para 26,26. No Maranhão houve uma queda considerável, de 26,26 % em 2001 para 18,74 em 2005. Na Paraíba, em 2001, era de 30,50 % as pessoas que se apropriavam da renda equivalente ao 1% mais rico da população, em 2005 caiu para 28,34 %. Em Pernambuco, em 2001 era 32,73 %, em 2005 caiu para 28,34. No Piauí, estado mais pobre da Região Nordeste, em 2001 era de 30,50 % as pessoas que se apropriavam, em 2005 caiu para 29,41 %. O Rio Grande do Norte, único estado a crescer a concentração, em 2001 era de 25,25 % as pessoas que se apropriavam da renda equivalente ao 1% mais rico da população, em 2005 cresceu para 30,50%. Sergipe foi o estado que manteve sua média de 18,74 em quase todos os períodos, exclusive em 2003 com crescimento de aproximadamente quatro pontos percentuais.

Tabela 7:
Pessoas que se apropriam da renda equivalente aos 1% mais ricos (%) – Estados Nordestinos

Estados	2001	2002	2003	2004	2005
AL – Alagoas	33,89	36,25	33,88	25,25	22,34
BA – Bahia	29,41	30,50	30,50	22,34	21,41
CE – Ceará	35,05	27,29	23,29	26,26	26,26
MA – Maranhão	26,26	29,41	29,41	37,45	18,74
PB – Paraíba	30,50	33,88	24,26	30,50	28,34
PE – Pernambuco	32,73	30,50	28,34	32,73	28,34
PI – Piauí	30,50	38,68	30,50	30,50	29,41
RN – Rio Grande do Norte	25,25	21,41	21,41	22,34	30,50
SE – Sergipe	18,74	18,74	22,34	18,74	18,74

Fonte: IPEADATA

Em todos os estados do nordeste houve uma redução dos domicílios pobres, indicador importante para análise do crescimento ou decréscimo da pobreza. Como podemos observar na tabela 8.

Tabela 8:
Pobreza – domicílios pobres (%)

Estados	2001	2002	2003	2004	2005
AL – Alagoas	0,56	0,57	0,58	0,55	0,51
BA – Bahia	0,50	0,48	0,50	0,45	0,42
CE – Ceará	0,49	0,47	0,48	0,48	0,43
MA – Maranhão	0,56	0,56	0,58	0,56	0,50
PB – Paraíba	0,54	0,49	0,48	0,48	0,42
PE – Pernambuco	0,51	0,50	0,53	0,51	0,47
PI – Piauí	0,53	0,54	0,53	0,52	0,49
RN – Rio Grande do Norte	0,45	0,44	0,48	0,44	0,39
SE – Sergipe	0,46	0,42	0,42	0,38	0,37

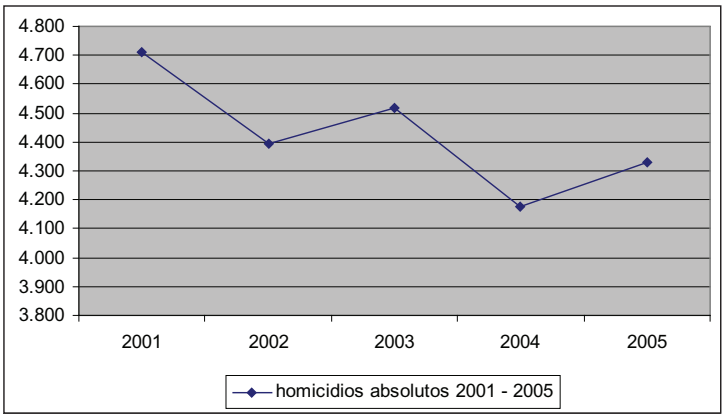
Fonte: IPEADATA

Em relação aos homicídios, entre 2001 e 2005, estes cresceram significantemente em toda a região, inclusive nos estados mais pobres onde houve melhoria em alguns importantes indicadores socioeconômicos. O Piauí, por exemplo, apesar da melhoria de seu índex socioeconômico, demonstrou incremento nos homicídios. As taxas de homicídio em sua população total foram de nove por cem mil habitantes em 2001. Disparou continuamente até alcançar mais de 12 hpcmh em 2005 (SIM/MS). Se formos apontar uma relação, esta é inversa.

As melhorias nas condições socioeconômicas em Pernambuco não tiveram relação com os homicídios. Os números absolutos vêm oscilando entre 4.709 em 2001, com redução em 2002 para 4.396. Depois novo incremento em 2003 com 4.517 mortes. Em 2004 houve a maior redução desde 1998, com 4.174 homicídios, sem relação clara de causalidade. Em 2005, os números voltaram a crescer com 4.329 assassinatos.

É importante ressaltar que, fora da série temporal que estamos trabalhando nesta seção, os anos de 2006, com 4.638 homicídios, e 2007, com 4.592, fortalecem o argumento da oscilação dos indicadores. Apesar de factual, é inegável que a relação entre os indicadores socioeconômicos aqui destacados e os homicídios no estado de Pernambuco é tímida, ou mesmo nula.

Gráfico 11:
Números Absolutos de Homicídios em Pernambuco 2001 / 2005



Fonte: SIM/MS.

3. VIOLÊNCIA HOMICIDA E AS INSTITUIÇÕES INEFICAZES EM PERNAMBUCO

Partindo do pressuposto que os indivíduos são atores sociais que buscam maximizar suas escolhas, quando da ausência e/ou ineficácia das instituições coercitivas, no caso do delito, os indivíduos buscarão agir conforme as oportunidades dadas por tal ineficácia. Dessa forma, a teoria da Escolha Racional é útil para explicar os motivos que levam indivíduos a cometerem homicídios. Se aquele que comete o delito de homicídio não é preso, seria vantajoso cometer assassinatos, já que a polícia e o sistema de justiça pouco fazem para inibir este tipo de crime.

O novo-institucionalismo histórico (HALL e TAYLOR, 2003) é importante como referencial teórico para o entendimento do funcionamento das instituições responsáveis pela segurança pública. Se os indivíduos tendem a não confiarem nessas instituições toda a sociedade entra numa conjuntura de falta de ação institucional, criando um vazio institucional onde atores ilícitos passam a ocupar este espaço (Bo Rothenstein, 2005).

Portanto, quando a falta de confiança se mostra generalizada numa determinada sociedade há, com isso, falta de Capital Social (Fukuyama, 2002) que é o lubrificante de toda sociedade, onde a confiança interpessoal e nas instituições é fundamental para o o seu eficaz funcionamento, incluindo aí a segurança pública.

Sendo assim, indivíduos que cometem assassinatos assim o fazem por calcularem sua ação num campo estratégico onde o cometimento deste delito dificilmente o levará a ser submetido a algum processo de reparo. Por sua vez, as instituições responsáveis pela punição do delito não funcionam e não tem credibilidade perante a sociedade como um todo, fazendo com que esta não a procure para resolverem seus problemas e conflitos. Daí surge um vazio institucional onde se abre um vasto campo para a formação de novas instituições informais que agem contribuindo ainda mais para o crescimento da mortandade homicida no Brasil. Fechando o ciclo, o baixo capital social encontrado na sociedade brasileira leva a uma falha de ação coletiva, onde o bem público da segurança passa a ser cada vez mais escasso.

3.1 Resultados empíricos

A pesquisa realizada pelo Instituto Maurício de Nassau[13] apontou para um destacado descrédito das instituições coercitivas perante a sociedade recifense[14]. Como termômetro para Pernambuco, os recifenses se apresentaram como sendo resistentes em confiar na polícia. Por exemplo, dos entrevistados quase 45% deles foram assaltados em via pública. Destes 54,6% não registraram queixa na polícia. Os restantes 45,4 % que registraram queixa, mais de 90% afirmaram que a polícia não prendeu o assaltante. Dessa forma, constata-se que a confiança tende a diminuir ainda mais, pois a desconfiança nas polícias é grande.

A impunidade deve ser considerada como variável causal para o aumento e/ou estabilidade em patamares elevados de homicídio. De acordo com a pesquisa do I.M.N. 82,5% dos entrevistados afirmaram que a polícia não prendeu o assassino. Qual seria então a lógica dos assassinos? Num campo aberto para a prática delituosa é mais vantajoso cometer o homicídio, pois dificilmente a polícia chegará a prender o assassino. Na outra ponta do problema, por qual motivo a população deve confiar e acreditar na polícia, já que o assassino não será preso?

Pesquisa do Ministério Público de Pernambuco (2006) explicita dados que levam a conclusão na qual a ineficácia das instituições coercitivas induze ao recrudescimento dos homicídios. Observando o fluxo dos homicídios no sistema de justiça criminal de Pernambuco podemos chegar a algumas conclusões preliminares.

Entre 2003 e 2004 ocorreram 2.114 homicídios dolosos na cidade do Recife. Desses 712 se transformaram em inquéritos enviados ao MPPE, ou seja, 33,68% dos crimes efetuados nos dois anos apontados (66,32% dos homicídios ficaram de fora). Do número absoluto dos homicídios praticados nesses dois anos, até novembro de 2005, 17 foram julgados, i.e, 0,80 % dos crimes de homicídio cometidos no período. Isso me leva a inferir que a impunidade apontada pelos números faz com que, baseado na Escolha Racional, indivíduos calculem que é vantajoso o cometimento do crime de homicídio em Pernambuco e outros não vejam motivos para levar seus contenciosos para o Poder Judiciário, que não resolve o problema, vindo, ainda mais, a fragilizar as explicações baseadas na pobreza e na desigualdade social e econômica ou numa possível cultura da violência (Torres, 2007). Por outro lado, a desconfiança na polícia pode ser fortalecida pela lentidão do Judiciário, pois mais de 33% dos casos foram transformados em inquéritos enviados ao Ministério Público por parte dela.

CONCLUSÃO

Abordei a dinâmica dos homicídios levantando os grupos de risco mais importantes e que estão sendo mais atingidos em Pernambuco. Demonstro que os gastos públicos em segurança em Pernambuco vêm crescendo desde, pelo menos, 2001, sem maiores impactos na redução dos homicídios.

A região nordeste está praticamente ausente nos estudos sobre o comportamento dos homicídios. As melhorias nos indicadores sociais e econômicos dessa região não

13 Coordenada pelo professor Doutor Adriano Oliveira, diretor de pesquisas do I.M.N.
14 Recife, capital de Pernambuco.

Tabela 10:
Fluxo dos homicídios no sistema de justiça

		Absolutos	% dos Homicídios	% enviados ao MPPE	% Promotoria do Júri
Homicídios	2003	1.103	52,18%	------	------
	2004	1.011	47,82%	------	------
	Total	**2.114**	**100,00%**	------	------
Polícia*	**Inquéritos enviados ao MPPE**	712	33,68%	100,00%	------
	Saldo	1.402	66,32%	------	------
	Total Homicídios	**2.114**	**100,00%**	------	------
Central de Inquéritos (MPPE I) *	Denúncias	403	19,06%	56,60%	------
	Arquivamentos	69	3,26%	9,69%	------
	Total com resolução	**472**	**22,33%**	**66,29%**	------
	Saldo	**240**	**11,35%**	**33,71%**	------
	Total MPPE	712	33,68%	100,00%	------
Promotoria do Júri (MPPE II) **	**Enviados à vara do Júri**	322	15,23%	45,22%	79,90%
	Saldo	81	3,83%	11,38%	20,10%
	Total	**403**	**19,06%**	**56,60%**	**100,00%**
Vara do Júri**	**Enviados ao Tribunal do Júri****	28	1,32%	3,93%	8,70%
	Saldo	294	13,91%	41,29%	91,30%
	Julgados	**17**	**0,80%**	**2,39%**	100,00%

Fonte: DPROC-MPPE *Até 31/08/2005 ** Até 08/11/2005

foram acompanhadas de reduções nos índices de homicídio, sobretudo entre os jovens. Em Pernambuco os homicídios continuam sendo praticados não obstante as melhorias dos indicadores socioeconômicos relacionados à desigualdade e a pobreza.

Estudos recentes apontam para a importância do tráfico de drogas e do crime organizado como sendo causas bem mais plausíveis para ao crescimento dos homicídios (Oliveira, 2007 e Torres, 2007), aonde a pobreza entra como uma variável interveniente, pois estimula o jovem, sobretudo este, a entrar na criminalidade com fins de obter bens materiais de forma mais rápida e com pouco custo (Mendonça, 2000).

Numa linguagem da Escolha Racional, atores sociais fazem estratégias para obter lucro a curto e médio prazo. Com instituições coercitivas funcionando fragilmente a inibição de práticas delituosas se torna mais difícil de ocorrer, tornando o ato criminoso economicamente viável. Sendo assim, a desconfiança em tais instituições, sobretudo as polícias e o Poder Judiciário, fortalecem ainda mais o ato criminoso.

As pesquisas do Instituto Maurício de Nassau (2008) e do Ministério Público de Pernambuco (2006) ajudaram neste sentido. A primeira revelando a face das instituições em relação à percepção do cidadão recifense. E a segunda avaliando o fluxo dos homicídios no sistema criminal. Em ambas, a impunidade aparece como variável provável para o crescimento, ou oscilação, dos homicídios no estado.

Defendo a tese de que a pobreza e as desigualdades sociais e econômicas aparecem como variáveis que pouco interferem na criminalidade homicida incidindo como variáveis, no máximo, intervenientes. Que a falta de eficácia das instituições coercitivas e a fragilidade das políticas públicas em segurança aparecem como dados empíricos de causalidade e de associação bem mais expressivos. A aplicação de políticas públicas eficientes e racionais e práticas eficientes do estado como inibidor da violência podem ter efeito de redução nos homicídios muito mais rápido e duradouro que, com justiça e inclusão social, podem vir a erradicar este mal que assola toda a sociedade brasileira.

BIBLIOGRAFIA

BARROS, Ricardo P. de, FOGUEL, Miguel N. e ULYSSEA, Gabriel (2006), *Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente,* Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Volume 1, www.ipea.gov.br

BEATO, C. C. e REIS, I. A. (2000), "Desigualdade, Desenvolvimento Socioeconômico e Crime", *in* R. Henriques (org.), *Desigualdade e Pobreza no Brasil.* Rio de Janeiro. IPEA.

BO ROTHSTEIN (2005), *Social Trap and the Problem of Trust*. Cambridge: Cambridge University Press.

CANO, I. e RIBEIRO, E. (2007), "Homicídios no Rio de Janeiro e no Brasil: dados, políticas públicas e perspectivas" *in Homicídios no Brasil,* Marcus Vinicius Gonçalves da Cruz e Eduardo Cerqueira Batitucci (Orgs.). FGV. Rio de Janeiro.

CARVALHO, Alexandre X, CERQUEIRA, Daniel R. C., RODRIGUES, Rute L. e LOBÃO, Waldir (2007), *Custos das Mortes por Causas Externas no Brasil,* IPEA, Texto para discussão nº 1268, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), disponível: www.ipea.gov.br

CERQUEIRA, D. R. C. e LOBÃO, W. A. J. L. (2003), "Condicionantes Sociais, Poder de Polícia e o Setor de Produção Criminal". *Texto para Discussão,* nº 957, IPEA.

CERQUEIRA, Daniel R. C., CARVALHO, Alexandre X. Y., LOBÃO, Waldir J.A. e RODRIGUES, Rute I. (2007), *Análise dos Custos e Conseqüências da Violência no Brasil,* Texto para discussão nº 1284, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), disponível: www.ipea.gov.br

CERQUEIRA, D., LOBÃO, W. e CARVALHO, A. (2007), "O jogo dos sete mitos e a miséria da segurança pública no Brasil" *in Homicídios no Brasil,* Marcus Vinicius Gonçalves da Cruz e Eduardo Cerqueira Batittuci (orgs.), Ed. FGV, Rio de Janeiro.

COELHO, E.C. (1988), "A Criminalidade Urbana Violenta". *Dados*, vol. 31, nº 2, PP. 145-183.

DEPEN/InfoPen (2008). *Dados Consolidados.* Departamento Penitenciário Nacional. Sistema Nacional de Informação Penitenciária. Ministério da Justiça. Brasil.

FUKUYAMA, Francis (2002), Capital Social in *A cultura importa, os valores que definem o progresso humano,* orgs. Lawrence E. Harrison e Samuel P. Huntington, Ed. Record, Rio de Janeiro e São Paulo.

HALL, Peter e TAYLOR, Rosemary C. R. (2003), "As Três Versões do Neo-Institucionalismo" *in Lua Nova*. Nº 58, pp. 193-223.

HOFFMANN, Rodolfo (2006), "Queda da Desigualdade da Distribuição de Renda no Brasil, de 1995 a 2005, e Delimitação dos Relativamente Ricos em 2005" in *Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente,* Barros *et ali* (orgs.) Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Volume 1, www.ipea.gov.br

IBGE (2006), *Síntese de Indicadores Sociais.* Estudos & Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica.

INSTITUTO MAURÍCIO DE NASSAU (2008), *Termômetro da Insegurança e Vitimização na Cidade do Recife.* Pesquisa realizada entre fevereiro de abril de 2008 no Recife, Pernambuco.

IPEAdata (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). www.ipeadata.gov.br variáveis socioeconômicas e populacionais.

NÓBREGA JR., J.M.P., ROCHA, E. e SANTOS, M.L. (2008), "Os Determinantes da Criminalidade Violenta no Brasil". *Paper* aceito para o Congresso da LASA 2009, Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, Adriano (2007), *Tráfico de Drogas e Crime Organizado – Peças e Mecanismos*. Juruá Editora, Curitiba.

REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO (2006), *Violência Endêmica. Relatório de Pesquisa. Homicídios na Cidade do Recife: Dinâmica e Fluxo no Sistema de Justiça Criminal,* Recife.

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Números de homicídios dos anos de 2006 e 2007.

SIM/DATASUS/MS. O Sistema de Informações sobre Mortalidade.

SOARES, Gláucio A. D., BATITUCCI, Eduardo C. e RIBEIRO, Ludmila M. L. (2007), "As mortes desiguais em Minas Gerais: gênero, idade, estado civil e raça nos homicídios registrados pelo Sistema de Informações de Mortalidade". In: *Homicídios no Brasil,* Marcus Vinicius Gonçalves da Cruz e Eduardo Cerqueira Batitucci (Orgs.). FGV. Rio de Janeiro.

SOARES, Gláucio A. D. (2008), *Não Matarás. Desenvolvimento, Desigualdade e Homicídios.* Ed. FGV. Rio de Janeiro.

TORRES, Fabio Sánchez (2007), *Las Cuentas de La Violencia,* Economía Universidad de los Andes, Bogotá, Grupo Editorial Norma.

WAISELFISZ, Julio Jacobo (2008), *Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros – 2008,* Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana, RITLA, Instituto Sangari, Ministério da Saúde e Ministério da Justiça.